



DAS REDAÇÕES AO MERCADO EDITORIAL: O DISCURSO DOS MANUAIS DE IMPRENSA

Giuliano Martins Porto de Souza¹

Este artigo apresenta uma análise das relações de poder implícitas no editorial (apresentação/introdução) do manual de redação e estilo de *O Globo*. Ao sugerir a forma de como seu corpo de profissionais (e também o público em geral, leitor ou não deste jornal) deve escrever, normatizando a escrita, ele dá indícios de como esta prática se torna (de)limitadora da principal atividade jornalística: a produção de textos/notícias; além de conduzir a leitura.

Dados de pesquisas da ANJ indicam que cada exemplar de um jornal é lido por cerca de três pessoas. Estando, então, este jornal entre os três de maior circulação no país, isto implica dizer, portanto, que é um dos mais lidos -, a penetração da qual é capaz na população é igualmente proporcional a este alto índice. Como consequência de seu alcance, a influência sobre o público e o poder que desempenha como formador de opinião fazem-nos questionar, por exemplo, quais seus objetivos e por que se diz neutro, imparcial.

O próprio meio jornalístico tem este periódico como uma das referências e se utiliza de seu manual para consultas diárias de, por exemplo, como escrever, quais palavras usar, como comportar-se, entre outros passos a serem seguidos. O que pretendemos com este trabalho de pesquisa, ainda em desenvolvimento, é, pois, analisar o discurso da linha editorial deste manual, por meio da AD, buscando desvelar a intencionalidade implícita e silenciada de cerceamento, praticada sobre a atividade do sujeito jornalista, além de buscar entender qual o objetivo da empresa jornalística ao lançar o manual no mercado editorial.

Para o desenvolvimento da análise, vemos como de importância essencial apresentar considerações sobre uma categoria da teoria do discurso que é o silêncio. O gesto da interpretação é possível justamente porque o espaço simbólico é marcado tanto pela incompletude, quanto por sua relação com o silêncio. Os sentidos não estão fechados, não são evidentes, apesar de assim aparentarem ser. Eles sempre “jogam” com a ausência, com os sentidos do não sentido. Quanto mais falta há num dizer, mais silêncio se instala nele e, assim, mais possibilidade de sentidos se apresenta.

O silêncio é fundante. Não há sentido sem silêncio, forma esta de tentar domesticá-lo. O movimento dos sentidos é estabilizado pela linguagem. No silêncio, ao contrário, sentido e sujeito estão em movimento constante. O silêncio não fala, ele é, significa. Indo mais além, no silêncio, o sentido é. O real da significação e do discurso é o silêncio. Por isso, também, ele é fundante. “O silêncio é a própria condição da produção de sentido” (ORLANDI, 1993, p. 70). Seu campo de trabalho está nos limites do dizer, “o seu horizonte possível e o seu horizonte realizado” (ORLANDI, 1993, p. 93).

¹ Mestrando em Letras e Linguística do PPGLL/Fale/Ufal, e-mail: giulianoporto@gmail.com.



As formas do silêncio existem sob duas categorias: a do silêncio fundante (todo processo de significação resulta numa relação necessária ao silêncio) e a da política do silêncio (o silenciamento). Esta, por sua vez, sustenta que o sentido do dizer não estará dizendo outros sentidos, pois outros sentidos possíveis seriam apagados ao se dizer algo. Ela produz um recorte entre o que se diz e o que não se diz. Já o silêncio fundante não põe nenhuma divisão; ele significa em e por si mesmo.

Para analisar um discurso, é necessário percorrer um longo caminho no trabalho de análise das condições objetivas nas quais se produziu este discurso. A relação língua-discurso fornece indícios para se chegar ao conhecimento das condições sócio-históricas de produção do discurso, além dos efeitos de sentido que ele produz e do silêncio presente no dizer. É este caminho que percorreremos a partir de agora com uma análise realizada sobre uma sequência discursiva (SD) extraída do manual de *O Globo*.

SD1 – O Globo - Nesse período, pouco mudou no esforço para produzir um jornalismo dinâmico, de leitura fácil e agradável. Já eram essas, por sinal, as linhas mestras dos primeiros manuais distribuídos na década de 50 em redações do Rio (...). Essa nova edição do manual do GLOBO (...) trata com mais profundidade questões relacionadas à moderna linguagem jornalística e ao comportamento do jornalista numa sociedade que dele exige cada vez mais em capacitação técnica e consciência profissional. (p. 9)

A empresa (jornal) transfere para a sociedade a responsabilidade da exigência de “reciclagem” do profissional, que, na verdade, é sua, deveria partir de seu interior. Isso indica que o silenciamento referido está relacionado ao conflito de classes: classe patronal (sujeitos-proprietários) e classe trabalhadora (sujeitos-jornalistas). Os profissionais têm de escrever (para dizer) e sua redação está sob (o) comando da empresa, a qual detém o poder, que implica no controle dos sentidos e dos seus efeitos. Isso implica duas situações: uma quanto à divisão social do trabalho e outra em relação à imprensa enquanto produtora de visibilidade histórica. Sobre este último aspecto, nos valem de uma interessante colocação de Silva (2001):

É para possibilitar uma visibilidade histórica, que a imprensa se representa através de uma linguagem imaginada como transparente, e/ou de uma instituição que se posiciona com transparência. E é nessa medida que o jornalista é “treinado” pelos manuais para deixar de ser autor e melhor representar a sociedade, no sentido de poder realizar a informação sem opinião. [...] A imprensa parece assim exercer, em seu trabalho, uma diluição da materialidade histórica, que fica aí “perdida”, entre essa objetividade idealizada para o fato, de um lado, e a opinião enquanto expressão da subjetividade, de outro lado (SILVA, 2001, p. 305).

Quanto à divisão de trabalho, ela remete à constituição dessa representação dupla para a imprensa em relação ao fato jornalístico e seu tratamento: objetividade (neutralidade, imparcialidade) e subjetividade (opinião). A imprensa funciona institucionalmente a partir da divisão do trabalho de autoria, a qual é autorizada a alguns e privada a outros. Para contextualizarmos esta afirmação, vamos novamente a Silva (1998), que constata a interferência dessa divisão na construção da autoria institucional do jornal.

Sobre os textos nos jornais podemos dizer que uma divisão que se apresenta imediatamente para o leitor é entre textos assinados (os artigos) e textos não-assinados (as notícias). A normatização recairá diferentemente para um e para



outro, na medida em que o texto não-assinado representará tão somente a fala do jornal, que deve possuir um padrão [...] (SILVA, 1998, p. 173).

Pêcheux chama esse mesmo processo de “divisão social do trabalho da leitura”, e explica:

[...] a alguns, o direito de produzir leituras originais, logo ‘interpretações’, constituindo, ao mesmo tempo, atos políticos (sustentando ou afrontando o poder local); a outros, a tarefa subalterna de preparar e de sustentar, pelos gestos anônimos do tratamento ‘literal’ dos documentos, as ditas ‘interpretações’ [...] (1988, p. 58).

Em outras palavras, o direito à leitura e à interpretação é distribuído a partir da determinação sócio-histórica do sujeito. A sociedade e suas instituições apontam os autores e intérpretes, os que estão autorizados a ler, a escrever e a falar, os que produzem textos que legitimam a divisão social do trabalho da leitura (ou da interpretação). Isto é, os sentidos presentes num texto são administrados; eles não estão soltos. Mas mesmo havendo interdição de interpretação, na relação com os sentidos há sempre espaço de trabalho do sujeito e da história. Aliás, na perspectiva que nos inscrevemos, isto não só é possível, como imprescindível para sua existência e seu desenvolvimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando voltado ao seu quadro profissional, o veículo de comunicação, através do manual, busca aplicar o “padrão de qualidade”. Isso envolve uma padronização de formato de texto, seleção de vocabulário determinado, além do comportamento de seus jornalistas. Tal conjunto de normas pode ser visto como “engessamento” da atividade jornalística ou ainda como cerceamento de criatividade e até de liberdade de expressão dos profissionais de imprensa. Já quando transpõe os limites da redação e se lança no mercado editorial, a empresa publiciza as suas normas de objetividade no tratamento da notícia. E, ao passo que se dirige a um público mais amplo, também pressupõe que esse público já seja detentor de um domínio da língua, ainda que não satisfatório.

Uma escolaridade que se configura como um interdiscurso do manual (que traz alguns pré-construídos), e termina por sustentar a existência desse produto fora da redação devido à imagem que se tem dela como falha, deficiente. Assim, o texto jornalístico quer se colocar como referência de escrita para todos os sujeitos-escritores, sejam eles profissionais ou não. Essa política da empresa nos permite afirmar que o manual, ao se postar à comercialização e atingir um público externo e numeroso, caracteriza-se na tentativa de substituir gramáticas de Língua Portuguesa e de perpetuar o controle de sentidos, antes restrito aos profissionais internos.

Levando-se, pois, em consideração que as grandes empresas de comunicação de massa se organizam em verdadeiros conglomerados, pode-se apontar o manual de redação e estilo como ferramenta de difusão e manutenção da ideologia da classe dominante, das elites. Seu discurso apresenta determinadas posições políticas e ideológicas fundadas no capitalismo e, por estar posicionado, articula sentidos pelo que diz e deixa de dizer.



REFERÊNCIAS

GARCIA, Luiz. O Globo: Manual de redação e estilo. 28. ed. São Paulo: Globo, 2003.

ORLANDI, Eni. As formas do silêncio: no movimento dos sentidos. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

PÊCHEUX, Michel. Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Editora da Unicamp, 1988.

SILVA, Telma Domingues da. A língua na escrita jornalística. In: GUIMARÃES, Eduardo (org.). Produção e circulação do conhecimento. Vol. 1. Estado, mídia, sociedade. Campinas: Pontes, 2001. p. 59-69.

_____. Referências de leitura para o leitor brasileiro na imprensa escrita. In: ORLANDI, Eni P. (org.). A leitura e os leitores. Campinas: Pontes, 1998.